



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

**RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA SEMANA
PARLAMENTAR EUROPEIA – CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR SOBRE A
ESTABILIDADE, A COORDENAÇÃO E A GOVERNAÇÃO ECONÓMICA NA UNIÃO
ECONÓMICA E MONETÁRIA E CONFERÊNCIA SOBRE O SEMESTRE EUROPEU**

Bruxelas, 27 e 28 de fevereiro de 2023

Delegação:

- Bernardo Blanco (IL) – Membro da Comissão de Assuntos Europeus – Chefe da delegação
- Deputado Miguel Iglésias (PS) – Membro da Comissão de Assuntos Europeus
- Deputado Paulo Moniz (PSD) – Membro da Comissão de Assuntos Europeus
- Deputado Miguel Matos (PS) – Membro da Comissão de Orçamento e Finanças
- Deputado Alexandre Simões (PSD) – Comissão de Orçamento e Finanças
- Deputado Francisco César (PS) – Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão
- Deputada Clara Marques Mendes (PSD) – Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

A assessoria foi prestada por Catarina Ribeiro Lopes, Representante da Assembleia da República junto das instituições da União Europeia, e pelo Assessor Parlamentar Jorge Gasalho, da Equipa de Apoio à Comissão de Orçamento e Finanças.

Da [agenda](#) da reunião, constavam os seguintes pontos:

**- SESSÃO DE ABERTURA: DESAFIOS ECONÓMICOS E SOCIAIS EM TEMPOS DE
INCERTEZA GEOPOLÍTICA**

Roberta Metsola, Presidente do Parlamento Europeu, deu as boas-vindas a todos os presentes, sinalizando o aniversário da invasão russa à Ucrânia, elogiando o povo ucraniano pela resistência encetada. Referiu os impactos económicos e sociais do conflito, com especial incidência na inflação, energia e preço dos produtos alimentares.



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

Fez ainda referência à resposta europeia, defendendo que os Estados-Membros (EM) poderiam estar orgulhosos pela união em solidariedade à Ucrânia e pela forma de como foi possível proteger os seus valores e economias. Mencionou igualmente o afastamento da dependência energética da Rússia, sem subestimar a gravidade da situação. Nesse sentido, apelou a que não se cedesse à fadiga da guerra, devendo a Europa recorrer aos seus maiores ativos, declarando a União Europeia (UE) como o maior mercado único democrático do mundo. Defendeu que era necessário acelerar o investimento, fazendo referência ao *REPowerEU* e ao *NextGenerationEU*, que potenciariam o crescimento sustentável, tendo também sido considerado um eventual imposto extraordinário sobre o lucro das indústrias energéticas. A oradora concluiu a sua intervenção, asseverando que pretendia fugir de uma corrida protecionista e defender uma UE unida e corajosa, dando as boas-vindas aos Deputados dos parlamentos nacionais da Ucrânia, Moldávia e Bósnia-Herzegovina

De seguida, tomou a palavra Andreas Norlén, Presidente do Parlamento sueco, que começou por recordar que já houvera passado mais de um ano desde a invasão russa, não se conhecendo ainda a extensão dos impactos da guerra. Defendeu que esta situação ameaça a estabilidade na Europa, com consequências económicas e sociais relevantes, para além da destruição de vidas e cidades, em especial do povo ucraniano, afirmando também que a guerra colocou em causa a recuperação da pandemia de Covid-19. Ato contínuo, referiu as quatro grandes prioridades apontadas pelo Parlamento sueco, como sendo a segurança, competitividade, transição verde e digital e valores democráticos e do Estado de Direito. Neste sentido, declarou que seria dado apoio económico e militar à Ucrânia, assim como seria promovido o combate às alterações climáticas e a transição energética, concluindo com um resumo sobre os trabalhos da agenda da Semana Parlamentar Europeia.

Foi dada a palavra a Valdis Dombrovskis, Vice-Presidente Executivo da Comissão Europeia, que agradeceu o convite para participar, começando por sublinhar a invasão russa à Ucrânia e o sofrimento subjacente, defendendo a integridade e soberania deste país. Recordou que houvera sido atribuído o estatuto de país candidato à Ucrânia e garantiu que lhe seria fornecido apoio económico e social. Referiu a inflação, a subida do custo da energia e a subida do custo de vida, apelando a apoios para mitigar estes



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

efeitos, assim como a um cabaz energético novo, assente em energias renováveis e menos dependente dos combustíveis fósseis. Afirmou que se vive uma situação de grande incerteza, sendo necessário trabalhar para proteger as empresas em maiores dificuldades. Relatou que os EM têm debatido como pode a governação económica ser mais eficiente, através da combinação de políticas orçamentais que promova o investimento e a deteção precoce de desequilíbrios, defendendo que seriam necessárias políticas de resiliência, crescimento e reforço da industrialização na UE, frente à alteração da geopolítica mundial. Reportou-se ainda à neutralidade carbónica como objetivo, assente na criação de um enquadramento legislativo mais previsível, no fomento ao investimento em energias limpas e o alargamento da agenda comercial a outros mercados. Adiantou igualmente que pretendia a concretização da primeira fase do Pacto Ecológico, assim com a criação de um Fundo de Soberania Europeu, para proteger o mercado interno e manter a coesão.

Seguidamente, usou da palavra Mathias Cormann, Secretário-Geral da OCDE, que começou por agradecer o convite para a presente sessão, iniciando o seu excuro com referência aos custos da guerra. Neste sentido, asseverou que os EM adotaram uma série de iniciativas, em especial para diminuir a dependência energética, afirmando, ainda assim, que seria necessário empreender um conjunto de reformas estruturais para uma maior resiliência europeia. Declarou também que o crescimento, em termos de produtividade, na última década, tinha abrandado em todos os países da OCDE. Apelou à diminuição das disparidades regionais, ao investimento em infraestruturas, à diminuição dos encargos administrativos e à garantia do bom funcionamento do mercado, assente numa lógica competitiva, sem atribuição de vantagens indevidas. Mencionou o objetivo de emissão zero e transição digital, devendo os países partilhar as suas experiências e qualificar as pessoas nas áreas relevantes. Fez ainda menção à forma de como lidar com o envelhecimento populacional, defendendo o apoio dos trabalhadores ao longo de toda a sua vida e o combate à discriminação em função da idade. Concluiu a sua intervenção, afirmando que é em eventos como o presente que se estudam e debatem as soluções para os desafios atuais, desejando uma reflexão frutífera das reuniões vindouras.



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

Andreas Norlén, Presidente do Parlamento sueco, agradeceu as intervenções e desejou uma boa conferência a todos os presentes.

Por fim, Roberta Metsola, presidente do Parlamento Europeu, agradeceu igualmente a presença dos membros dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu, relembrando as três reuniões de comissão a ocorrer subseqüentemente, encerrando a presente sessão.

- COMISSÃO DOS ASSUNTOS ECONÓMICOS E MONETÁRIOS (ECON)

Irene Tinagli, Presidente da Comissão ECON do Parlamento Europeu, e Niklas Karlsson, Presidente da Comissão de Tributação do Parlamento sueco, dirigiram as duas sessões de debate.

Sessão I: Inflação alta - o enigma das políticas adequadas

Nesta primeira sessão, o orador Simone TAGLIAPIETRA, *Senior Fellow, Bruegel*, referiu que a crise energética levou à criação de medidas orçamentais díspares entre os Estados-Membros, devendo estas medidas ser isoladas ou de natureza temporária, o que não se verificava. Frisou ainda que os apoios não estavam orientados para os agregados mais vulneráveis, sendo necessário atuar sobre a inflação, evitar distorções de preços, considerar a equidade nas medidas futuras, e a necessidade de um reajuste estrutural dos mercados energéticos. Por seu turno, Goeff BARNARD, Economista Sénior, *Macroeconomic Policy Division in the Economics Department* da OCDE, apresentou diversos dados sobre as medidas económicas adotadas no combate à inflação e as causas do seu aumento, nomeadamente a subida dos preços da energia. Foram apresentados os fatores que sustentaram esta subida, as variações da oferta e procura e impacto no mercado de trabalho, as previsões do BCE e o apoio orçamental da União Europeia (UE), tendo concluído que os apoios eram sobretudo do lado dos preços, não orientados e não específicos.

Durante o período de debate, foram referidos os valores elevados da inflação nos diferentes Estados, as causas associadas à crise pandémica e à situação de guerra na Ucrânia, a importância da cooperação da UE, medidas de apoio a famílias e empresas aplicadas pelos Estados-Membros, dificuldades dos agregados mais vulneráveis e



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

impacto dos custos elevados da energia e produtos alimentares, efeitos das políticas a curto, médio e longo prazo no que respeita à poupança energética, efeitos nos transportes e regimes de financiamento específicos

Interveio nesta sessão o Senhor Deputado Miguel Matos (PS), tendo destacado o combate à inflação através de um conjunto de medidas políticas orçamentais e monetárias, sendo necessário que estas medidas sejam sinérgicas, evitando falar de medidas de contração mas sim de expansão e apoio às famílias e empresas. Frisou assim que não seriam apenas as famílias que deveriam assumir os encargos do impacto da inflação, relevando a UE ter criado um imposto sobre os lucros excessivos em toda a UE. Defendeu que o apoio político devia ser o mais abrangente possível, incluindo também as classes médias, devendo olhar-se não só para a procura mas também para a oferta, sendo ainda necessária uma política industrial, de autonomia estratégica, destacando como exemplo o mecanismo ibérico que levou a uma redução dos preços da energia em Portugal e em Espanha. Deixou ainda uma referência à necessidade de diálogo social, dando nota do acordo celebrado entre o governo português e associações sindicais para um aumento dos salários em 20% nos próximos quatro anos. Salientou serem medidas de curto prazo e de estabilização, mas que implicam também uma mudança estrutural da longa duração para a transição energética. Terminou referindo que não se deveria permitir que Estados com pouco espaço orçamental limitem a sua competitividade no mercado internacional, devendo o mecanismo orçamental dar resposta aos desafios europeus futuros.

Sessão II: Impacto da decrescente utilização do dinheiro e ao caso das moedas digitais.

Stefan INGVES, antigo Governador do Banco Central da Suécia, referiu-se à segurança dos novos pagamentos digitais, não esquecendo a importância do dinheiro físico, embora se verifique um grande decréscimo no seu uso, pela possibilidade de falha dos sistemas digitais. Salientou ainda as diferentes fases de transição para os pagamentos digitais e a sua variação entre Estados, as dificuldades dos pagamentos transfronteiriços e a necessidade de enquadramento legislativo das moedas digitais dos bancos centrais e de garantia de pagamentos instantâneos.



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

Evelien WITLOX, Gestora do *Digital Euro Programme* do BCE, referiu-se ao projeto do euro digital, explicando a sua conceção e últimos desenvolvimentos

Seguiu-se a intervenção de Monique GOYENS, Diretora-Geral da *European Consumer's Organisation* (BEUC), que salientou, neste tema, a necessidade de acautelar mecanismos fora da moeda digital para os cidadãos que pretendam manter a utilização convencional, o encerramento dos bancos e a obrigatoriedade de utilização de sistemas digitais. Referiu que o dinheiro físico deveria manter presença no mercado, além do dinheiro digital, não devendo o declínio do numerário ser uma forma de enriquecimento do setor financeiro.

Por fim, Vicky VAN EYCK, Diretora Executiva da *Positive Money Europe*, deixou quatro mensagens principais: (1) necessidade de proteger o acesso ao dinheiro, (2) o lucro que o euro digital representa para o setor financeiro e não para os cidadãos, (3) devendo ter os mesmos benefícios do dinheiro vivo e ser uma (4) oportunidade para melhorar o sistema monetário no seu todo, tornando o dinheiro mais resiliente e ajudando a combater as crises.

Durante o debate foi focada a necessidade de manter o numerário para transações comerciais, uma vez que nem todos os cidadãos procuram utilizar moeda digital, o apoio ao projeto do euro digital como complemento de opções de pagamento, os desafios dos criptoativos, proteção dos dados dos utilizadores de pagamentos eletrónicos, necessidade de confiança nas instituições. Foram partilhadas as experiências nacionais no uso de moeda eletrónica, questionadas as tecnologias utilizadas para o euro digital e salvaguarda da privacidade dos cidadãos e levantadas preocupação com as situações de branqueamento de capitais.

- COMISSÃO DO EMPREGO E ASSUNTOS SOCIAIS (EMPL)

Sessão I: Consequências socioeconómicas da alta inflação e dos preços da energia e soluções focadas nos agregados vulneráveis

Dragoş Pişlaru, Presidente da Comissão EMPL do Parlamento Europeu, manifestou o agrado em presidir a sessão identificada *supra*, começando por fazer referência ao



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

tema da mesma, afirmando que um em cada dois europeus se encontrava a passar por dificuldades, constituindo, no seu entendimento, o aumento do preço da energia o elemento que mais pesava para esta situação. No entanto, declarou que a UE tem atuado no sentido de apoiar os estratos mais vulneráveis, incidindo a presente sessão sobre os problemas sociais decorrentes da alta inflação e dos custos energéticos para os agregados mais desprotegidos, acrescentando que seria relevante avaliar o ponto de vista da vida real dos cidadãos europeus, para além da perspetiva puramente macroeconómica. Finalizando, afirmou que gostaria de ouvir a opinião dos convidados.

De seguida, tomou a palavra Juliana Wahlgren, Diretora da *European Antipoverty Network*, que elogiou esta iniciativa europeia, numa perspetiva de monitorizar a pobreza. Saliou as dificuldades que as pessoas têm enfrentado com a inflação e subida de preços, em especial no que toca ao sector da energia, declarando ainda que a pobreza energética afeta de forma acentuada os lares mais vulneráveis. Neste sentido, afirmou que não houve financiamento para apoiar estes agregados, que dependem cada vez mais de bancos alimentares e ajuda externa, acrescentando que os benefícios sociais existentes não são suficientes para fazer face a este problema. Referiu igualmente a eventual falta de competências digitais das pessoas, o que aumenta a sua vulnerabilidade e dificulta a respetiva transição. Em jeito de conclusão, afirmou que gostaria de ver uma maior intervenção das pessoas em situações vulneráveis, para que se tomassem medidas concretas em seu abono, e pediu uma abordagem intersectorial, de modo a garantir um alinhamento na tomada de medidas.

Usou da palavra Barbara Kauffmann, Diretora da *Employment and Social Governance Analysis da DG EMPL*, que sublinhou a união como forma de fazer frente aos impactos advindos da invasão russa, mais sentidos entre os sectores da população mais vulnerável. Asseverou que a inflação houvera atingido a Europa, depois de vários anos de inflação baixa, tendo sido afetado o poder de compra dos sectores mais desfavorecidos, em especial devido à subida de preços no sector da alimentação e da energia, que constituem uma parte relevante do cabaz de despesas das famílias mais vulneráveis. Em termos de soluções, a oradora referiu que era necessário garantir a redução da dependência energética russa, a segurança dos fornecimentos, medidas de correção do mercado das energias e facilitação de apoios estatais. Concluiu,



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

afirmando que na UE existiriam mais de 400 medidas específicas, mas não focalizadas, pelo que seria, no seu entendimento, imperativo redirecionar as mesmas, reportando-se ainda à qualificação das pessoas para a sua inserção no mercado de trabalho.

Seguidamente, interveio Ondřej Benešík, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Câmara dos Deputados da República Checa, que adotou uma perspetiva mais interna, reportando-se às medidas tomadas no seu país para fazer face ao aumento dos preços, nomeadamente a introdução de um apoio extraordinário para os agregados vulneráveis que consomem mais de 30% dos seus rendimentos em eletricidade, gás e água; a introdução de um abono familiar atribuído às famílias de baixos rendimentos que tenham filhos, de maneira a acautelar os seus custos; a fixação de tetos no sector das energias e a aplicação de poupanças verdes ecológicas, para reduzir o consumo energético. Informou ainda que a República Checa houvera recebido o número mais elevado de ucranianos *per capita*, no contexto da invasão Russa.

Interveio ainda Antonio Armando Ferrer Sais, Presidente da Comissão de Trabalho, Inclusão, Segurança Social e Migração do Senado espanhol, que atalhou, tal como o orador anterior, pelas medidas tomadas a nível interno, promovendo a ideia de proteção generalizada de todas as pessoas, para além dos mais vulneráveis. Mencionou que seis pacotes de medidas foram tomados em Espanha, alguns ainda em 2021, como sucedeu com a redução do IVA para a eletricidade. Para além do desagravamento fiscal, afiançou que o rendimento mínimo também tinha sido aumentado, em linha com o Plano de Recuperação e Resiliência do Governo espanhol. Sublinhou igualmente a reforma laboral, a formação para o emprego e a criação de mais postos de trabalho. O orador comentou ainda a discrepância entre as famílias e algumas empresas, as quais estariam a ter lucros avultados no contexto inflacionário. Por fim, fez referência aos apoios sociais, às medidas contra os despedimentos, ao aumento das pensões e à proteção à habitação

Em seguida, foi dado início ao debate, no qual intervieram, na troca de pontos de vista, Deputados dos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu, que sublinharam o aumento generalizado de preços e as medidas tomadas pelos EM, em especial no sector energético e para proteção dos consumidores e dos mais vulneráveis. Foi igualmente discutida a demarcação entre as políticas nacionais e comunitárias, assim



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

como a respetiva planificação e boas práticas europeias. A pobreza infantil na Europa e a urgência no apoio financeiro e educacional no combate à mesma foram também discutidas, bem como o conceito de vulnerabilidade e o impacto assimétrico da inflação. Adicionalmente, foi feita referência a medidas focalizadas em situações concretas e à proteção de dados no âmbito da tomada das mesmas. Deve ainda salientar-se a troca de pontos de vista entre a Eurodeputada Margarita de la Pisa Carrión e o Presidente da Comissão de Trabalho, Inclusão, Segurança Social e Migração do Senado espanhol Antonio Armando Ferrer Sais, a propósito da criação e eliminação de postos de trabalho.

Participou, por parte da delegação da Assembleia da República (AR), o Senhor Deputado Francisco César (PS), que destacou o problema da inflação, asseverando que, por muito que os EM e a UE façam esforços e tomem medidas, seria muito difícil alcançar todos os afetados. Neste sentido, atribuiu relevância à forma através da qual são tomadas as medidas, enquadrando a assimetria da inflação ao atingir as famílias. Referiu que os preços que mais subiram corresponderiam ao sector da energia, alimentação e combustíveis, sendo que, em Portugal, a menor dependência do gás russo dever-se-ia ao investimento feito em energias renováveis e ao Mecanismo Ibérico adotado recentemente, permitindo-se algum controlo sobre os preços da eletricidade. Afirmou ainda que houvera uma intervenção cirúrgica nos preços dos transportes, que tinham sido congelados, e no apoio direto às rações e adubos. Ainda assim, declarou que o custo do cabaz alimentar tinha subido significativamente, acima da taxa média, afetando, de forma mais premente, as famílias mais vulneráveis, sendo necessários apoios sociais e medidas cirúrgicas, citando exemplos como as ajudas diretas às famílias, a gratuitidade total e progressiva das creches e medidas de apoio fiscal, tanto no âmbito dos impostos sobre os rendimentos como dos impostos sobre o consumo. O Senhor Deputado afirmou que, apesar do sucesso do referido, haveria uma subida de preços do cabaz alimentar muito acima dos aumentos custos de produção, tendo sido mencionado o exemplo do azeite, cuja subida de valor não teria, no seu entender relação direta com o aumento do preço dos transportes ou com o preço da energia. Concluindo, apelou à atenção acrescida para produtos que constituem um custo relevante para o cabaz alimentar das famílias mais vulneráveis e cujo aumento do preço iria muito além da subida dos custos de produção.



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

Nas suas respostas, Juliana Wahlgren, Diretora da *European Antipoverty Network*, afirmou que a pobreza é multidimensional e que a situação socioeconómica não é suficiente para concluir que as pessoas se encontram, ou não, numa situação de pobreza. Aludiu também às boas práticas europeias dirigidas às pessoas que mais sofrem com crise inflacionista, falando da possibilidade de construção de medidas emergenciais com medidas estruturais, finalizando com um pedido de reforma no mecanismo do preço da eletricidade.

Interveio igualmente Barbara Kauffmann, que direcionou o seu discurso no âmbito do rumo a seguir, afirmando que não seria possível escolher uma única boa prática nacional, considerando as dinâmicas dos vários EM. No tocante à focalização de medidas, previamente debatida, prometeu fazer os contactos necessários e analisar a questão. Referiu igualmente a articulação entre as medidas nacionais e comunitárias, a elaboração do orçamento comunitário, a meta da retirada de crianças da situação de pobreza e a promoção do emprego.

De seguida Ondřej Benešík, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Câmara dos Deputados da República Checa, usou da palavra para afirmar que, num ponto de vista social, deveria haver uma maior cooperação e entendimento entre os EM, com referência às potenciais assimetrias entre as riquezas dos mesmos, bem como à integração das crianças ucranianas deslocadas e dos adultos no mercado de trabalho.

Antonio Armando Ferrer Sais, Presidente da Comissão de Trabalho, Inclusão, Segurança Social e Migração do Senado espanhol, partilhou de muitas das opiniões expressadas no debate, em especial no que tange à execução de medidas de apoio aos mais desfavorecidos, sublinhando que estas deveriam conter uma distinção por nível de rendimento. Nesse sentido, defendeu que seria necessário ampliar a base de aplicação das mesmas, para abranger mais pessoas em situação de vulnerabilidade, em consequência do contexto atual. Por fim, referiu a questão da proteção de dados das pessoas que recebem auxílios e refletiu sobre as melhores políticas para posterior apresentação à UE.



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

Por fim, tomou a palavra Dragoş Pîslaru, Presidente da Comissão EMPL do Parlamento Europeu, tendo afirmado que a perspetiva nacional manifestada na reunião teria sido muito importante e que haveria a oportunidade para constatar o que houvera funcionado, através dos relatórios que seriam elaborados. Defendeu ainda que as medidas não poderiam ser só colocadas em prática numa perspetiva nacional, devendo-se ter em conta uma dinâmica de aplicação local, pelo que, num ponto de vista comunitário, dever-se-ia não ter uma perspetiva EM a EM, mas sim atendendo aos segmentos específicos referidos.

Sessão II: Integrar melhor a dimensão social na revisão do quadro económico e orçamental da EU

Dragoş Pîslaru, Presidente da Comissão EMPL do Parlamento Europeu, introduziu a temática, declarando que, nas últimas décadas, o pilar europeu dos direitos sociais está a tornar-se cada vez mais importante, relacionando-o com a revisão do quadro económico e orçamental, que estaria no cerne das iniciativas da UE, atendendo à proeminência das políticas económicas ao nível comunitário. Referiu que o Parlamento Europeu tem refletido sobre esta temática, adotando uma posição de reforço da perspetiva social no quadro de governação económica. Afirmou também que todas as medidas de cariz social teriam um aspeto distribucional e salientou a relação da agenda social com os desequilíbrios macroeconómicos, apelando a um debate sobre estas matérias.

De seguida, foi dada a palavra a Michael Arghyrou, Chefe do Conselho de Assessores Económicos do Ministério das Finanças grego e professor na Universidade de Pireu, que começou por referir que a dimensão social não era mencionada de forma explícita no quadro de governação económica, questionando se os objetivos a ter em conta seriam os mais adequados e como incluir a dimensão social. Pediu uma maior preocupação com dados absolutos, ao invés de relativos, apelando à sustentabilidade das finanças públicas e do crescimento, defendendo que ambos são essenciais para a disponibilização de uma rede de segurança eficaz. Também se reportou à questão da inclusão, assim como à necessidade de os EM elaborarem um plano orçamental estrutural que corresponda às suas posições de partida, garantindo a elaboração de



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

programas que garantissem o investimento no capital humano. Por fim, concluiu pela necessidade de uma capacidade fiscal abrangente para alavancar todas as áreas.

Foi passada a palavra a Katia Berti, Chefe de Unidade do Semestre Europeu da DG EMPL. Referiu as orientações da Comissão Europeia emitidas em novembro, atinentes à diminuição dos rácios de dívida pública, assim como à experiência dos instrumentos de recuperação e resiliência, a apropriação nacional de medidas já avançadas e a determinação mais eficaz das prioridades. Adicionalmente, afirmou que os desafios nos mercados laborais e sociais deveriam ser salientados no quadro de governação económica, para garantir o modelo social europeu. A oradora ateu-se também no desenvolvimento, através do quadro de governação económica, da área digital, ecológica, social e de proteção dos consumidores, fazendo ainda referência à concretização de uma nova estrutura de incentivos, vigilância macroeconómica e reforma orçamental. Declarou que o Semestre Europeu continuará a ter um papel essencial no futuro, como elemento para coordenar os esforços e investimentos adequados a fazer frente às transformações no contexto europeu. Defendeu ainda que o quadro económico teria de ser robusto, por forma a integrar o pilar dos direitos sociais, finalizando com referência às respetivas prioridades, no que toca à sua monitorização e reforço da convergência social.

Antón Gómez-Reino Varela, Presidente da Comissão de Trabalho, Inclusão, Segurança Social e Migração do Congresso dos Deputados espanhol, abordou a temática das crises a curto e longo prazo, bem como a falta de legitimidade de algumas medidas tomadas no contexto das mesmas. Neste sentido, afirmou que, durante a crise financeira de 2008, a UE houvera tomado algumas medidas baseadas em austeridade, o que, no seu entender, teriam afetado o projeto europeu e o seu escopo social, acrescentando que, entretanto, após a referida crise financeira, pandemia e guerra na Ucrânia, a situação seria muito diferente. Citou o exemplo de Espanha, em especial no sector laboral, no que tange à intervenção do Estado na economia, enquanto defendeu, num plano europeu, a colocação da parte social no âmago das políticas económicas. Colocou ainda a tónica na representação dos cidadãos e na defesa do rendimento mínimo europeu e no combate às desigualdades, incluindo entre os EM.



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

Em seguida, foi dado início ao debate, no qual intervieram, na troca de pontos de vista, Deputados dos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu, que focaram as suas intervenções na crítica à tónica colocada na tributação, em detrimento da parte social, e à necessidade das políticas e prioridades estruturais comuns, bem como, mais concretamente, à concretização do auxílio à terceira idade e cuidados dedicados a idosos, ao salário mínimo e à inclusão. Foram também salientadas as diferentes formas de ver estas temáticas, tanto a nível interno como entre os EM, questionando-se a melhor maneira de as integrar de forma robusta no quadro orçamental. Deve ainda fazer-se referência à intervenção da Eurodeputada Margarita de la Pisa Carrión, que reforçou o papel social da família.

Em resposta, Michael Arghyrou, Chefe do Conselho de Assessores Económicos do Ministério das Finanças grego e professor na Universidade de Pireu, afirmou que, na conjuntura em que a Europa se encontra, os EM deveriam reduzir a dívida pública, no contexto dos mercados em situação de alerta. Estabeleceu também a relação entre a vertente económica e a social, recordando que a economia é uma ciência social, focada no estudo do comportamento humano: daí o vínculo entre as duas dimensões, defendendo que a previsibilidade daquele garantiria estabilidade. Declarou também que era necessário garantir a igualdade e promover políticas tendentes a este objetivo, atribuindo verbas para desenvolver áreas como a educação ou a saúde, realçando ainda o papel da comunicação social. Por fim, recorreu ainda ao processo de adesão ao Euro, quando cada EM adotou um plano baseado em regras comuns, através do qual foi possível crescer e avançar, salvaguardando, todavia, que as medidas a adotar atualmente não poderiam seguir um padrão único.

Respondeu igualmente Katia Berti, Chefe de Unidade do Semestre Europeu da DG EMPL, que fez referência ao pilar dos direitos sociais da UE, pedindo uma maior convergência dentro da União e asseverando que a dimensão social se encontra plasmada nos Tratados Comunitários. Referiu ainda que as medidas de coordenação e emprego deveriam passar pela intervenção não só da UE como também dos demais EM, assim como defendeu que as orientações relativamente ao emprego se refeririam ao quadro de convergência, cujos principais objetivos deveriam ser a promoção de postos de trabalho de qualidade e políticas ativas de trabalho, reportando-se ainda a



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

outras diretrizes de cariz social, como o apoio às crianças e ao envelhecimento. A oradora enalteceu o Semestre Europeu, afirmando que uma das grandes vantagens do mesmo seria a promoção de uma abordagem integrada das matérias discutidas

Em seguida, tomou a palavra Antón Gómez-Reino Varela, Presidente da Comissão de Trabalho, Inclusão, Segurança Social e Migração do Congresso dos Deputados espanhol, que salientou a concordância com o discurso geral, embora salvaguardando as ideologias diferentes que assistiram às intervenções. Questionou se os mercados poderiam determinar as medidas políticas de Governos e Estados democraticamente eleitos, tendo respondido negativamente, no sentido de estes deverem atuar com a legitimidade concedida, sem a limitação dos primeiros. Chamou a atenção para a situação de Espanha, afirmando que a extrema-direita houvera votado em diversas ocasiões contra medidas de apoio à família, apesar de a defender. Em conclusão, insistiu que era essencial ir mais além no tocante ao pilar social, para que este estivesse no âmago do Semestre Europeu e das políticas europeias.

A final, respondeu Dragoş Pîslaru, Presidente da Comissão EMPL do Parlamento Europeu, que declarou que as metas definidas são adequadas, não havendo nenhum político que não desejasse a convergência; havendo mais dúvidas no que tange aos meios adequados para atingir os objetivos. Questionou também como neutralizar as divergências políticas quanto à opção política correta, apelando a cedências de parte a parte, assim como sublinhou a diferença entre uma visão tecnocrata e uma visão política. Afirmou que ainda existiriam tensões na Europa, sendo a questão geográfica importante, terminando o seu discurso com referência ao conceito de coesão, quer em termos absolutos, quer relativos, encerrando a presente sessão.

- COMISSÃO DOS ORÇAMENTOS (BUDG)

Sessão I: Alterações climáticas, energia e inflação - que papel para o Quadro Financeiro Plurianual e os Recursos Próprios, e como criar melhores sinergias com as intervenções nacionais?

Johan Van Overtveldt, Presidente da Comissão BUDG do Parlamento Europeu, começou por identificar as principais problemáticas subjacentes à epígrafe da sessão



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

em decurso, assim como as medidas mais urgentes a tomar. Nesta sequência, fez um excuro sobre a dimensão social da tarifa sobre o carbono, sem prejuízo de apoios para famílias e empresas mais vulneráveis, referindo o Fundo Social para o Clima. Seguidamente, reportou-se ao empréstimo comum, ao Programa *NextGenerationEU* e à gestão da dívida pública, afirmando que a UE passou a poder emitir obrigações soberanas. Declarou que, embora a notação da UE mantivesse uma classificação positiva, estaria um pouco menos favorável nos últimos meses. Apelou ainda ao Parlamento Europeu para que apertasse o cerco ao escrutínio que lhe competiria, em especial no que toca à gestão dos preços. O orador densificou também as iniciativas em desenvolvimento, o Fundo de Soberania e o reforço da estabilidade e resiliência.

De seguida, usou da palavra Edward Riedl, Presidente da Comissão de Finanças do Parlamento sueco, que principiou o seu discurso com referência à resposta comum aos desafios climáticos, defendendo a manutenção de objetivos ambiciosos neste nível, congratulando as empresas europeias que estariam a concretizar as metas ambientais e a contribuir para a circularidade da economia. Todavia, salientou os impactos da agressão russa à Ucrânia, que houberam afetado duramente as empresas e famílias mais vulneráveis, especialmente no que toca ao preço da energia e inflação. Em conclusão, sublinhou a continuação do projeto de transição energética.

Neste momento, tomou a palavra Iain Begg, *Professorial Research Fellow at the European Institute, London School of Economics and Political Science*, que salientou a diferença entre finanças e orçamento, afixando a complexidade deste último conceito, especialmente na parte das despesas e investimentos. Salientou a natureza não redistributiva do orçamento comunitário, assim como o seu caráter multianual. Defendeu que o orçamento europeu não contribuiria para a estabilidade da economia, ao contrário do que sucedia, no seu entender, com os orçamentos nacionais, mais acrescentando que pouco houbera mudado no *status quo* do primeiro desde o seu aparecimento, considerando a sua rigidez. Refletiu ainda no fosso entre as expectativas exigidas à UE e à sua capacidade em fazer frente a crises e desafios macroeconómicos, afirmando faltarem recursos orçamentais adequados. Por fim, em conclusão, o orador detalhou o conjunto de recursos europeus próprios e as respetivas fontes de financiamento, bem



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

como a temática dos novos instrumentos financeiros fora do quadro financeiro plurianual.

Em seguida, foi iniciado o debate, no qual participaram Deputados dos Paramentos nacionais e do Parlamento Europeu, tendo sido abordados programas como o Pacto Europeu Verde e a Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente. Foram também referidas as alterações climáticas e a maneira de como seriam passíveis de afetar o sector financeiro, sublinhando-se o papel do BCE nesta matéria, a capacidade de resposta da UE a crises, com referência à crise financeira de 2008, à pandemia e potenciais catástrofes naturais, o modo de financiamento dos recursos próprios, o impacto da inflação âmbito social e o custo dos empréstimos a longo prazo.

Em sede de debate, deve salientar-se a intervenção da Eurodeputada Margarida Marques, que desenvolveu o tema da revisão do Quadro Financeiro Plurianual, sublinhando a apresentação de Iain Begg, particularmente no âmbito da complexidade das fontes de financiamento da UE e dos novos desafios que esta enfrenta. Recordou que, na última reunião plenária de 2022, fora pedida à Comissão Europeia a revisão do Quadro Financeiro Plurianual, na medida em que o corrente não responderia aos desafios mencionados acima. Neste contexto, admitiu ter havido alguma reação por parte de alguns EM, designadamente porque estes não estariam dispostos a rever os seus envelopes nacionais, asseverando que uma das salvaguardas de uma potencial revisão seria a manutenção dos envelopes de todos os EM, definida em sede do Quadro Financeiro Plurianual 2021-27, sublinhando que o objetivo da referida revisão seria preparar o orçamento comunitário para responder aos desafios atuais. Neste sentido, enunciou o reforço das linhas orçamentais, a proteção da política de coesão e a criação de um mecanismo permanente que possa ser acionado de forma imediata em caso de crise como os pontos fundamentais para a supracitada revisão, de maneira a dotar a UE de instrumentos adequados e eficazes para fazer frente aos desafios propostos.

Cumpram também referenciar a intervenção do Eurodeputado José Manuel Fernandes, que reiterou a necessidade de revisão do Quadro Financeiro Plurianual, afirmando que o orçamento comunitário, atualmente, é reduzido e encontra-se esgotado. Defendeu igualmente que a inserção do pagamento da dívida no mesmo é um erro, constituindo o custo da mesma, a longo prazo, a mais de 10% do orçamento, apelando à criação de



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

novos recursos próprios. Neste sentido, declarou que o Conselho assegurava o EU Emissions Trading System, a revisão das licenças de emissão, o mecanismo de ajustamento das fronteiras e o primeiro pilar da OCDE, asseverando que existiriam outras propostas a serem discutidas, como a taxa sobre as transações financeiras e relativamente às criptomoedas. Adicionalmente, salientou que os cidadãos não deveriam ser sobrecarregados no âmbito do financiamento dos recursos da UE, devendo estes ser alinhados com os seus objetivos. Por fim, discursou sobre a necessidade de garantir uma concorrência mais leal, atingir as metas climáticas e combater a fraude e evasão fiscal.

Salienta-se igualmente a intervenção de Ibrahim Aydin, membro do *Planning and Budget Committee of Grand National Assembly*, agindo em representação da Turquia, enquanto país observador, que fez referência ao terramoto ocorrido na Turquia e na Síria, com todos os impactos sociais e económicos subjacentes, tendo destacado a importância da solidariedade e cooperação da UE no âmbito do auxílio prestado, referindo os mecanismos de crise política e de proteção civil passíveis de serem utilizados, defendendo o aprofundamento das relações existentes.

Por fim, deve ainda referenciar-se o discurso de Kacper Płażyński, membro do *EU Affairs Committee* do parlamento polaco, que defendeu a flexibilidade do orçamento comunitário, de maneira a contemplar vários objetivos, para além, por exemplo, das alterações climáticas, observando que deve basear-se numa política não centralizada no ponto de vista económico, para atender às pretensões próprias de cada EM. Falou ainda da utilização da energia atómica pela UE, como um sector essencial e crítico, apesar das polémicas envoltas.

Na resposta, Iain Begg, *Professorial Research Fellow at the European Institute, London School of Economics and Political Science*, observou que seria fácil afirmar que os novos recursos próprios iriam resolver os problemas e diminuir as contribuições nacionais; contudo, defendeu que aqueles traduzir-se-ão, a final, num imposto a imputar a cidadãos e empresas, pelo que o ónus recairia sobre estes destinatários quando fosse retirado dinheiro dos cofres dos EM. O orador notou ainda que pouco se houvera falado sobre a dimensão geral do orçamento comunitário, assim como da articulação entre a angariação de fundos por parte da UE e a concessão de empréstimos.



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

Tomou ainda a palavra Pierre Larrourou, que pretendeu questionar o orador anterior se, enquanto consumidor de serviços financeiros, estaria disposto a pagar uma taxa sobre transações financeiras.

Johan Van Overtveldt, Presidente da Comissão BUDG do Parlamento Europeu, encerrou a discussão, pedindo aos presentes que considerassem os temas debatidos, tanto no Parlamento Europeu como nos parlamentos nacionais, para que não existissem impasses na tomada de medidas.

Sessão II: Apoio à Ucrânia - respostas nacionais e da UE à crise orçamental e o papel dos Parlamentos

Edward Riedl, Presidente da Comissão de Finanças do Parlamento sueco, deu as boas-vindas aos membros do Parlamento ucraniano presentes e ao Ministro-Adjunto das Finanças da Ucrânia, afirmando que o apoio a este país constituía uma prioridade-chave da UE, manifestando orgulho na ajuda prestada e apelando à responsabilidade de todos neste sentido.

Usou da palavra Johan Van Overtveldt, Presidente da Comissão BUDG do Parlamento Europeu, que reiterou o que o orador anterior houvera tido referido. Asseverou que o orçamento comunitário teria limitações, tanto no volume como na capacidade de intervenção, mas notou que o quadro orçamental nunca houvera sido utilizado para lidar com crises ou urgências. Mais acrescentou que seria difícil considerar, para já, um cenário pós-guerra e de reconstrução; porém, afiançou que tal deveria ser contemplado, de maneira a aproximar a Ucrânia à UE.

De seguida, discursou Johannes Hahn, Comissário Europeu para o Orçamento e Administração, que começou por dar as boas-vindas aos representantes ucranianos citados *supra*, salientando que se celebrava o primeiro aniversário da agressão russa à Ucrânia, reiterando o apoio comunitário à mesma. Afirmou que a UE estaria a contribuir para a resiliência ucraniana, através de subsídios e empréstimos, para que as infraestruturas continuassem a funcionar. Em concreto, o orador fez referência à ajuda prestada às organizações da sociedade civil e à cibersegurança, bem como à restauração e manutenção da rede elétrica ucraniana, ao acolhimento de quatro



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

milhões de ucranianos e à assistência militar. Referiu ainda que o reembolso dos empréstimos mencionados só ocorreria a partir de 2032, asseverando que os auxílios estariam a ser concretizados em conformidade com os valores europeus, estando garantida a eficiência e transparência daqueles. Aproveitou ainda para contrapor a perspetiva europeia, de carácter democrático, ao lado russo. Em finalização, fez referência à plataforma de doadores, à reconstrução da Ucrânia e à potencial adesão à UE, que se deveriam reforçar entre si.

Neste momento, por videoconferência, tomou a palavra o Ministro-Adjunto das Finanças da Ucrânia Yuriy Drahanchuk, na ausência do Ministro das Finanças Sergii Marchenko, que começou por mencionar os danos causados pela Rússia à Ucrânia, bem como as respetivas consequências, acrescentando que a economia teria contraído mais do que o esperado. Não obstante, afirmou que a inflação estaria a diminuir um pouco, que 90% das empresas estavam em funcionamento, que o défice elétrico tem sido trabalhado e que fora possível diminuir o défice orçamental em 2023. Manifestou gratidão à UE na contenção da máquina de guerra russa e à ajuda macroeconómica. Adicionalmente, referiu que a outorga de país candidato é um incentivo à Ucrânia para empreender as reformas estruturais necessárias. O orador fez também referência à plataforma de doadores, à qual o Ministro das Finanças ucraniano copreside, e garantiu que as ajudas financeiras da UE seriam bem aplicadas na Ucrânia. Por fim, declarou estar a aguardar auxílios comunitários adicionais, destinados, em especial, às infraestruturas críticas, reconstrução prioritária, desminagem e setor energético, agradecendo ao Parlamento Europeu.

Após as referidas intervenções, foi principiado o debate, no qual participaram Deputados dos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu, incidindo a discussão sobre os apoios bilaterais providenciados por cada país, as medidas de cariz macroeconómico e a mobilização de recursos no contexto da margem de manobra permitida pelo orçamento comunitário. Adicionalmente, foi referida a questão do acolhimento de refugiados, a potencial utilização de fundos russos congelados para financiar as plataformas de apoio e na reconstrução subsequente da Ucrânia.

Deve sublinhar-se a intervenção da Eurodeputada Margarida Marques, que referenciou três pontos relevantes. Em primeiro lugar, realçou a necessidade do equilíbrio entre as



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

medidas de apoio à Ucrânia e medidas de apoio aos europeus, ou seja, a par das primeiras, a existência de um conjunto de iniciativas que visem mitigar o impacto da guerra na UE. Em segundo lugar, afirmou o apoio dado à Ucrânia, não só no ponto de vista comunitário como sob a perspetiva dos contributos prestados por cada EM. Em terceiro lugar, dirigindo-se ao Comissário Johannes Hahn, questionou como iria o apoio à Ucrânia ser transposto para proposta de revisão do Quadro Financeiro Plurianual.

Merece menção, igualmente, o discurso de Marietta Karamanli, membro da *Committee on European Affairs* da Assembleia Nacional de França, que introduziu no debate os impactos da guerra nas exportações agrícolas da Ucrânia e potenciais percursos alternativos para o transporte de cereais.

Também se refere a intervenção de Kacper Płażyński, membro do *EU Affairs Committee* do parlamento polaco, que defendeu ser necessário não só o foque na reconstrução da Ucrânia, mas também na resposta forte por parte da UE a dar à Rússia.

Por fim, deve dar-se nota do discurso do Eurodeputado José Manuel Fernandes, que sublinhou a larga maioria no Parlamento no sentido de apoiar a Ucrânia, defendendo que o orçamento comunitário deveria ser usado da melhor maneira possível para esse efeito, afirmando, contudo, que seria necessário rever o Quadro Financeiro Plurianual. Asseverou que os EM também deveriam ajudar com o Fundo existente para a paz, apelou a uma solidariedade mais reforçada com a Ucrânia, baseada em mais subsídios do que empréstimos, e pediu a quantificação do montante necessário para a reconstrução da mesma.

Participou, por parte da delegação da Assembleia da República (AR), o Senhor Deputado Miguel Iglésias (PS), que saudou a Assistência Microfinanceira +, o novo instrumento de apoio à Ucrânia, que prestaria ajuda de cariz financeiro de forma eficaz às necessidades imediatas e infraestruturas críticas ucranianas, notando a solidariedade à UE. Sublinhou também toda a assistência bilateral dada por Portugal à Ucrânia, no âmbito da habitação, apoio social, saúde e acolhimento, bem como o acordo bilateral assinado pelo Governo português no valor de duzentos e cinquenta milhões de euros de cedência de direitos especiais de saque no FMI. O Senhor Deputado finalizou a sua intervenção, apelando à agilização dos processos legislativos de apoio aos executivos que necessitassem, afirmando que Assembleia da República estaria empenhada neste objetivo, apresentando esta iniciativa como um exemplo da solidariedade e apoio na defesa da Ucrânia.



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

Na fase das respostas, Johannes Hahn, Comissário Europeu para o Orçamento e Administração, afirmou que a Comissão Europeia estava focada em encontrar recursos financeiros suplementares para fazer frente a todas as necessidades internas externas que fossem surgindo, citando, a título de exemplo, para além da situação ucraniana, o apoio humanitário prestado no contexto do terramoto ocorrido na Turquia e Síria. Asseverou que era necessária uma maior flexibilidade do orçamento comunitário, com menor afetação de verbas.

Para encerrar o debate, tomou a palavra Edward Riedl, Presidente da Comissão de Finanças do Parlamento sueco, que reiterou que a segurança e liberdade dos ucranianos era uma prioridade, procurando a UE fazer a diferença.

- SESSÃO PLENÁRIA: REVISÃO DO QUADRO DE GOVERNAÇÃO ECONÓMICA DA EU – TROCA DE PONTOS DE VISTA

Othmar Karas, Primeiro Vice-Presidente do Parlamento Europeu, principiou a presente sessão, tendo defendido que uma coordenação orçamental, por si só, poderia traduzir-se em grandes vantagens económicas; porém, defendeu que, atualmente, seria necessário falar muito mais do que enfrentar uma crise, devendo-se aprender com o passado. Celebrou o mercado interno da UE, com trinta anos, salientando que ainda não estava concretizado em matérias como as energias, saúde, defesa e economia. Apelou a uma coordenação mais eficiente, para garantir uma política orçamental estável, um investimento sustentável e um controlo eficiente da dívida pública. Neste sentido, referiu, a título de exemplo, que a Comissão Europeia houvera apresentado, ainda em 2021, um pacote exaustivo de medidas, afirmando que a coordenação referida só poderia ser concretizada se os parlamentos dos EM as adotassem, asseverando que só cerca de 20% dos países estavam a implementar as recomendações. Adicionalmente, aconselhou a criação de um mecanismo de sanções para quem não cumprisse o quadro de coordenação e regras referentes aos procedimentos no Parlamento Europeu mais transparentes.

Tomou a palavra Edward Riedl, Presidente da Comissão de Finanças do Parlamento sueco, que começou por sublinhar o contexto económico e geopolítico vivido, fazendo



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

referência à transição para uma economia verde e sustentável, mais acrescentando que o crescimento de hoje se iria traduzir na prosperidade de amanhã. Defendeu igualmente que o apoio à Ucrânia tinha de ser uma prioridade.

De seguida, discursou Paolo Gentiloni, Comissário Europeu para a Economia, que começou por recordar que a discussão sobre a revisão das regras orçamentais já houvera começado em 2019, numa altura em que o contexto económico e geopolítico era diferente do atual, este último caracterizado por uma dívida elevada, inflação e grande necessidade de investimento. Apesar de considerar que a economia estaria melhor do que inicialmente se previu, declarou que ainda existe muita incerteza; como tal, as propostas apresentadas visam atingir um quadro mais transparente e credível, assegurando que a sustentabilidade da dívida não seria executada contra o crescimento e investimento, por forma a garantir um equilíbrio. Afirmou ainda que a simplificação das regras era um objetivo, assim como uma maior apropriação nacional das mesmas, para garantir a democratização do processo.

Usou da palavra Lars Heikensten, Presidente do *Swedish Fiscal Policy Council*, que começou por falar da sua experiência em diversos gabinetes e na resolução de crises passadas, referindo que, atualmente, na Suécia, vigoraria um regime económico que permitia baixar a inflação. Nesse sentido, apontou três lições que considerou relevantes para a revisão do quadro de governação económica: a necessidade de apropriação nacional por parte dos parlamentos, uma discussão aberta e factual e um enquadramento político realista, salientando que a estratégia de multar, *per se*, não caberia aqui. Afirmou que a proposta de revisão não seria tão mecânica quanto o atual quadro de governação económica, apelando a uma análise económica clara, com base na discussão para reforçar a apropriação nacional, de maneira a envolver os parlamentos nacionais, bem como um equilíbrio entre a prudência orçamental e o investimento.

Philippa Sigl-Glöckner, Diretora do *Dezernat Zukunft*, sublinhou a importância do percurso a seguir pelos países com maior dívida face ao PIB, baseando-se na análise da sustentabilidade da dívida. Considerou que a medida em que é possível prever o futuro, num ponto de vista económico, é essencial para a determinação de políticas monetárias e orçamentais, reiterando ainda o que já houvera sido mencionado na



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

presente sessão, quanto ao equilíbrio entre o crescimento e a consolidação fiscal, referindo-se ainda à dificuldade de conciliação entre os objetivos e necessidades de despesa e redução da dívida pública.

Em seguida foi dado início ao debate, no qual foram abordados os temas da proteção dos cidadãos através das políticas orçamentais, o potencial carácter obsoleto do Pacto de Estabilidade e Crescimento e referência à respetiva clausula de derrogação, especialmente para EM com dívida elevada, atentando-se às especificidades de cada um na tomada de medidas, e a simplificação do quadro de governação económica. Adicionalmente, apelou-se à urgência nas negociações neste âmbito, à utilização da política monetária não só como um mecanismo de combate à inflação, mas também ao serviço do sector produtivo, e a diferença de estratégia económica e financeira para fazer face a crises, passando-se de uma política de austeridade para uma política de constante investimento.

Deve ser tida em conta a intervenção da Eurodeputada Margarida Marques, que reconheceu o esforço da Comissão Europeia no anúncio da revisão das regras de governação económica, afirmando que esta instituição teria tomado em conta um relatório aprovado em 2021, pelo Parlamento Europeu, atinente a um conjunto de princípios sobre esta matéria, baseados numa maior simplicidade, transparência e apropriação dos Estados membros, referindo a *democratic accountability*. Explicitou também as razões que considerou estarem na base da não adoção de recomendações por vários EM, ligadas à não apropriação e incapacidade financeira dos mesmos em desenvolverem reformas. Aproveitou ainda para afirmar que a proposta de revisão também padecia de algumas deficiências, como a não explicitação da capacidade orçamental, salvaguardando, por outro lado, o aspeto positivo que correspondia à coordenação entre as políticas orçamentais e monetárias. Deixou ainda uma questão ao Comissário Paolo Gentiloni, no sentido de saber quais seriam as orientações em matéria do PEC e do Semestre Europeu subjacentes às propostas legislativas da Comissão Europeia.

Cumpram ainda salientar a intervenção do Eurodeputado Zbigniew Kuźmiuk, que questionou o Comissário Paolo Gentiloni, em especial, sobre a despesa na área da defesa, na área social e nas ajudas de Estado.



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

Participou, por parte da delegação da Assembleia da República (AR), o Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD), que levou ao debate a questão da energia, como algo que afeta a condição económica dos EM; em especial, a necessidade de considerar e acautelar as necessidades energéticas das realidades arquipelágicas. Referiu que há modelos no *RePowerEU*, que permitem fazer transferências energéticas no âmbito pan-europeu, afirmando que é preciso reforçar o pacote do mencionado programa para o contexto das ilhas europeias, as quais têm uma maior dificuldade de se ligar à rede elétrica. Nesse sentido, citou a situação específica da ilha das Flores, que teria, no seu entender, um problema energético de fornecimento de gás. Assim, considerou que se o armazenamento de renováveis e capacidade de utilização de energia verde, tão apregoada pela UE em sede da transição energética, fossem objeto de atenção especial, seguramente que o problema de abastecimento de gás não teria o impacto que hoje tem, podendo as necessidades energéticas da ilha das Flores, em particular, ser satisfeitas com recurso às energias renováveis. O Senhor Deputado concluiu a sua intervenção, defendendo que esta situação não seria exclusiva das ilhas dos Açores, assistindo a todas as realidades arquipelágicas e para as quais a Europa ainda não houvera conseguido encontrar uma solução completa e adequada.

Interveio igualmente o Senhor Deputado Miguel Matos (PS), que referiu o que considerava serem as consequências das atuais regras orçamentais, como sendo a desvantagem competitiva em relação aos EUA e China, a emigração de jovens qualificados, a inflação alta, a falta de investimento nas transições digitais e climáticas e a vulnerabilidade perante as crises energéticas. Reiterando o carácter obsoleto das normas citadas, afirmou que seria necessário reformar e adaptar as regras fiscais, de modo a garantir a estabilização da procura e a expansão da oferta. Referiu ainda que a Alemanha tem um quarto da produção da Europa, mas detém metade das ajudas de Estado, o que constitui uma ameaça ao mercado único. O Senhor Deputado prosseguiu, defendendo que a UE não pode ser uma comunidade que não esteja assente nos valores democráticos; como tal, as recomendações específicas por país não poderiam ser impostas, devendo existir a possibilidade de negociar essas propostas. Sublinhou que seria um erro a UE focar-se na despesa, assim como em indicadores pouco fiáveis, apelando a uma avaliação da despesa primária líquida, reportando-se às despesas e receitas fiscais, de modo a assegurar um maior controlo do défice.



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

Após o debate, usou da palavra Philippa Sigl-Glöckner, Diretora do *Dezernat Zukunft*, que questionou, face às intervenções que apelaram a um maior investimento público, o que se pretenderia fazer em concreto. Afirmou que flexibilizar as regras orçamentais sem ter capacidade orçamental levaria, conseqüentemente, a uma maior submissão de capital, finalizando o seu discurso ao asseverar que a soberania dos EM estaria relacionada com a sustentabilidade da dívida.

Em seguida, pronunciou-se Lars Heikensten, Presidente do *Swedish Fiscal Policy Council*, afirmando que as políticas orçamentais deveriam ser uniformizadas, sem que os EM pudessem, simplesmente, tomar as decisões que quisessem a título individual. Afirmou ainda que os planos a médio prazo eram de difícil concretização, na medida em que partem de pressupostos incertos. Pediu critérios claros para a determinação da sustentabilidade da dívida, declarando que é necessário reformular a maneira de como a política orçamental é definida em alguns EM.

Por fim, Paolo Gentiloni, Comissário Europeu para a Economia, observou haver consenso em torno da revisão do quadro de governação económica, visto que, não obstante ainda existirem regras em vigor úteis, não permitem promover o investimento e crescimento nem diminuir a dívida. Reafirmou a perspetiva a médio prazo, baseada na transparência e adaptabilidade aos ciclos económicos, incluindo nacionais. Defendeu que o investimento público seria essencial para diminuir a dívida e enfrentar os desafios atuais, bem como o reforço do papel dos parlamentos nacionais, concluindo a intervenção com referência ao crescimento económico da UE no ano anterior, superior aos EUA e China.

Após o referido, para encerrar a sessão, Edward Riedl, Presidente da Comissão de Finanças do Parlamento sueco, agradeceu todos os intervenientes, acreditando que o trabalho comum levará à prosperidade do povo europeu.

- SESSÃO PLENÁRIA: TRABALHO REMOTO NA UE - DESAFIOS FISCAIS

Dita Charazová, Vice-Presidente do Parlamento Europeu, introduziu o tema, declarando que a pandemia tinha sido um catalisador a nível laboral, tornando-se o teletrabalho um novo normal. Neste quadro, afirmou que agora existem pessoas que se encontram



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

fisicamente num determinado país e trabalham noutra, que não corresponde à sede da sua empresa, colocando-se a questão de saber onde se devem pagar os impostos. Afirmou que, mesmo no pós-covid, há mais flexibilidade por parte das empresas no que toca à prestação da atividade, tendo-se verificado um aumento do trabalho transfronteiriço. Frente a esta realidade, a oradora declarou a existência de desafios tributários relevantes, pronunciando-se sobre acordos bilaterais celebrados entre os Estados, ao mesmo tempo que admitiu a existência de problemas, caso os EM estivessem em desacordo no que toca à política tributária neste âmbito.

Tomou a palavra Niklas Karlsson, Presidente da Comissão de Tributação do Parlamento sueco, que sustentou que a digitalização do trabalho levava a uma prestação de trabalho transfronteiriço mais frequente, havendo consequências para os EM envolvidos. Deste modo, afirmou que gostaria de ouvir a opinião dos intervenientes nesta matéria.

Neste momento, principiou o seu discurso David Bradbury, do *Centre for Tax Policy and Administration*, OCDE, reportando-se à digitalização do trabalho e à mobilidade transfronteiriça como fenómenos cada vez mais frequentes da atualidade, traduzindo-se tal em grandes alterações no mercado laboral. Afirmou que não só há cada vez mais trabalhadores a quererem trabalhar num modelo transfronteiriço, como existem cada vez mais empresas a considerar o teletrabalho como uma prioridade, referindo ainda a situação dos nómadas digitais e dos respetivos benefícios fiscais. Nesta sequência, o orador assegurou que as empresas clamam por mais certeza tributária. Por outro lado, afirmou que fatores não associados ao fisco são passíveis de restringir ou promover o trabalho transfronteiriço, como a tecnologia, os horários, a lei laboral ou a lei de imigração, podendo as decisões que levaram ao mesmo ser de cariz económico, social e ambiental. O orador concluiu a intervenção, afirmando que, na OCDE, continua-se a trabalhar nestas áreas e a procurar consensos.

Usou da palavra Stefan Olsson, Diretor-Geral da EMPL (Comissão Europeia), que focou o seu discurso na perspetiva da segurança social, ainda que relacionada com a temática da tributação. Concordou com o que já fora referido, no sentido de que o teletrabalho aumentou, impulsionado pela pandemia, havendo uma tendência crescente para o trabalho transfronteiriço. Frente a estas realidades, o orador declarou a existência de questões relacionadas com as condições de trabalho e o chamado «direito a desligar»



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

para os trabalhadores à distância, assegurando estarem a decorrer negociações neste sentido. Referiu existir a possibilidade de um trabalhador ser tributado num determinado EM e descontar para a segurança social noutra diferente, o que, defendeu, não seria uma situação ideal. Por fim, afirmou que a coordenação dos sistemas de segurança social está a ser trabalhada e que haveria uma investigação em curso nesta matéria.

Reinhard Biebel, Diretor-Geral da TAXUD (Comissão Europeia), sustentou que o trabalho à distância veio para ficar, defendendo que tal se vai traduzir em impactos vários. O orador focou-se essencialmente nos aspetos fiscais, afirmando que os EM já tinham começado a renegociar os seus tratados bilaterais, citando o exemplo do BENELUX, devido à intensa mobilidade vivida neste quadro, declarando ainda que a convenção da OCDE era a base dos acordos bilaterais dos EM. Informou os presentes que a Comissão Europeia fora contactada por cidadãos e empresas que tinham comunicado a existência de obstáculos ao teletrabalho, asseverando que pretendia suprimir os mesmos e criar mercados transfronteiriços vibrantes, apesar das dificuldades. Apresentou ainda a ideia de uma espécie de balcão único, para a redução dos encargos administrativos, e mecanismos de compensação entre os Estados no que toca à fiscalidade, assim como a existência de um número limite de dias que o trabalhador pode trabalhar no domicílio, com base no qual os EM podem determinar que não há consequências fiscais, referindo o exemplo de França e Suíça a título de acordos bilaterais. O orador finalizou, mencionando o «direito a desligar».

Em seguida, foi iniciado o debate, que incidiu sobre a definição de teletrabalho, o equilíbrio entre a vida profissional e familiar, as potenciais desigualdades entre as políticas das empresas relativamente à matéria do trabalho remoto e a atualização das regras vigentes, no sentido de não desincentivar os empregadores a utilizar o teletrabalho. Numa perspetiva mais fiscal, foram referenciadas as questões da dupla tributação, a uniformização do critério de determinação da residência fiscal e o apelo à criação de um balcão único para as matérias relacionadas com o teletrabalho. Foi ainda discutida a conciliação do tempo de trabalho com a vida pessoal, a agilização da organização do trabalho no âmbito dos trabalhadores mais qualificados, como um fator de produtividade para as empresas e de bem-estar para os trabalhadores, os benefícios



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

do teletrabalho a nível ambiental e a criação de normas não só a nível europeu, mas também mundial.

Participou, por parte da delegação da Assembleia da República (AR), o Senhor Deputado Bernardo Blanco (IL), que afirmou a existência de desigualdades fiscais no sistema português, resultantes de diferentes regimes fiscais para a atração de pessoas para o trabalho remoto, seja a título permanente ou temporário, como sucede com os chamados «nómadas digitais». O Senhor Deputado defendeu que em Portugal existe um sistema fiscal bipolar, no qual aos estrangeiros é aplicável uma taxa única de IRS de 20%, enquanto existem praticamente nove escalões progressivos para os cidadãos nacionais, alguns a atingir quase 50%. Neste quadro, referiu que estes residentes não habituais, muitos deles trabalhadores remotos, têm salários muito mais elevados, o que se traduz num poder de compra mais alto, levando a uma subida generalizada dos preços, em especial no sector do imobiliário. O Senhor Deputado prosseguiu, declarando que é legítimo os EM utilizarem a sua política fiscal como instrumento de atração de capital humano e financeiro, mas assegurou não aceitar que dentro do mesmo país existam dois sistemas, devendo os nacionais ter acesso ao mesmo regime fiscal que os estrangeiros, de maneira a garantir a igualdade perante a lei.

Após o debate, interveio David Bradbury, do *Centre for Tax Policy and Administration*, OCDE, que afirmou a existência de interesse em regulamentar, no sentido da flexibilização, o âmbito do teletrabalho, sendo que as questões levantadas serão diferentes se tudo se mantiver dentro da mesma jurisdição ou se existir a prestação de trabalho transfronteiriço, onde se colocam as principais questões fiscais. Como conclusão, apelou a um debate à larga escala entre os países da OCDE.

Stefan Olsson, Diretor-Geral da EMPL (Comissão Europeia), abordou o tema das condições mínimas a garantir aos trabalhadores por todos os EM, a segurança e saúde no trabalho e ainda o direito à desconexão, já densificado ao longo da presente sessão.

Usou da palavra Reinhard Biebel, Diretor-Geral da TAXUD (Comissão Europeia), que admitiu haver um consenso entre os intervenientes da reunião, tanto na perspetiva da promoção da flexibilidade como das limitações de âmbito laboral existentes. Afirmou



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento e Finanças
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

que era relevante determinar se os obstáculos constituíam uma natureza regional, europeia ou global, residindo a eventual solução numa abordagem harmonizada. Considerou que era necessária a participação de todos os EM nesta discussão, e aconselhou que todos estivessem cientes dos desafios subjacentes a novas definições (como o local de trabalho ou a residência fiscal). Declarou ainda que o debate deveria continuar, devendo haver articulação entre as entidades fiscais, a segurança social e as autoridades responsáveis pelo direito laboral, pedindo a partilha de conhecimentos.

Niklas Karlsson, Presidente da Comissão de Tributação do Parlamento sueco, pretendeu concluir, fazendo alusão às mudanças no mercado laboral, advindas das novas modalidades de trabalho, devendo estes ser encarados como um desafio para os sistemas fiscais e de previdência social. Garantiu que a discussão iria continuar, carecendo problemas transfronteiriços de soluções transfronteiriças.

No final, Dita Charazová, Vice-Presidente do Parlamento Europeu, agradeceu a todos os presentes o debate ocorrido, salientando que a pandemia tinha mudado o paradigma laboral, sendo os intervenientes políticos chamados a solucionar os problemas comuns da nova realidade. Relembrou ainda a próxima reunião interparlamentar, a ocorrer no mês de julho, em Madrid.

Assembleia da República, 29 de março de 2023.

O Chefe da delegação,

Deputado Bernardo Blanco (IL)